



Opinião Econômica

Bráulio Borges

Mestre em teoria econômica pela FEA-USP, é economista-sênior da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV IBRE

banrisul

Choque no petróleo irá acelerar a transição energética

Investimento em renováveis torna-se também política de Estado em segurança nacional

Pela segunda vez em menos de cinco anos, o mundo se vê às voltas com um choque significativo nos preços do petróleo desencadeado por conflitos geopolíticos. Em 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia jogou o barril do tipo Brent para acima dos US\$ 120 e expôs a fragilidade europeia diante de um fornecedor que se mostrava, de uma hora para outra, hostil.

Agora, em 2026, a escalada militar entre Estados Unidos e Irã, com restrições no estreito de Hormuz -por onde transitam cerca de 35% do petróleo bruto comercializado por via marítima-, produziu um evento que o Banco Mundial classificou como o maior choque de oferta desfavorável já registrado, com redução inicial estimada em 10 milhões de barris/dia (cerca de 10% da demanda global). O Brent, que os-

cilava em torno de US\$ 70 antes do conflito, saltou para a casa dos US\$ 110 a US\$ 120.

Os efeitos macroeconômicos já são visíveis, no mundo todo, sobretudo na seara inflacionária. No Brasil, as expectativas de inflação para 2026 subiram de 3,9% para quase 5%. No mundo como um todo, o FMI revisou a inflação esperada para 2026 de 3,8% para 4,4% (de 4,8% para 5,5% no caso dos países emergentes e em desenvolvimento).

Há, contudo, um aspecto subdimensionado nas análises de curto prazo. Choques dessa magnitude não apenas pressionam preços e atividade no momento; eles também reordenam decisões de investimento por vários anos. Foi assim depois dos dois choques do petróleo nos anos 1970. É plausível esperar movimento análogo

agora, com vetor mais nítido em direção à eletrificação, aceleração da adoção de fontes renováveis na geração de eletricidade e, ainda, maior uso de biocombustíveis.

A racionalidade econômica é direta. Quando o preço relativo de uma fonte sobe e, sobretudo, quando sua volatilidade se eleva de forma persistente, o cálculo de viabilidade dos substitutos melhora. Isso amplia o prêmio embutido em projetos de energias renováveis, cuja estrutura de custos é majoritariamente determinada pelo capital investido inicialmente.

Mas o ponto decisivo não é apenas econômico. É de segurança energética. A lição mais importante de 2022 e 2026 é que a concentração geográfica da oferta e da logística de hidrocarbonetos converteu o suprimento em variá-

vel geopolítica de primeira ordem. Países importadores líquidos passaram a precificar não somente o barril mas a probabilidade de que ele não seja entregue. Daí a virada observada na UE desde 2022, com o RePowerEU acelerando solar, eólica e hidrogênio e o reforço, em 2026, dos planos de descarbonização no Japão, na Coreia do Sul e na Ásia emergente.

Os biocombustíveis ganham relevância adicional. Diferentemente do petróleo, sua produção é geograficamente menos concentrada e, no caso brasileiro, apoia-se em infraestrutura sucroenergética madura. Etanol, biodiesel, biometano e os SAF (combustíveis sustentáveis de aviação) operam dentro da infraestrutura logística existente, o que reduz custos de transição vis-à-vis a eletrificação plena, especialmente em segmen-

tos de difícil descarbonização.

Para o Brasil, exportador líquido de petróleo e simultaneamente líder global em bioenergia, abre-se janela rara: a de combinar ganho de termos de troca a curto prazo com posicionamento estratégico em mercados que tendem a se expandir estruturalmente.

Nada disso significa que o petróleo desaparecerá em horizonte próximo. Significa, sim, que cada novo choque tende a acelerar a transição energética. A diferença entre 2022 e 2026 é que o segundo episódio chega quando o primeiro ainda não foi plenamente digerido e isso muda expectativas. Investimentos em renováveis e biocombustíveis deixaram de ser primordialmente uma escolha apenas climática para se tornar, também, política de Estado em segurança nacional.



banriway

A vida financeira do seu filho começa aqui.

A nova conta para crianças e adolescentes do Banrisul.

Para eles terem **mais autonomia e segurança.**



banrisul

www.banrisul.com.br/banriway

Justiça dá prazo para Ibama decidir sobre licenciamento da usina térmica Candiota 3

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Em uma decisão assinada pela Juíza Federal Substituta Rafaela Santos Martins da Rosa, da 9ª Vara Federal de Porto Alegre, foi estipulado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o prazo de até 5 de novembro para apresentar a decisão final sobre a renovação ou não da licença de operação da termelétrica a carvão Candiota 3. Caso o Ibama descumpra o prazo, foi fixada multa diária de R\$ 10 mil.

A determinação é uma resposta à ação civil pública (ACP) movida pelo Instituto Internacional Arayara. “Infelizmente, ao longo de décadas, o empreendimento ten-



TATIANA GAPPMEYER/DIVULGAÇÃO/JC

Usina termelétrica utiliza como combustível o carvão mineral

tu colocar embaixo do tapete os seus problemas ambientais”, critica o diretor-presidente do Instituto Arayara, Juliano Bueno. Ele frisa que a ação na Justiça obrigará a termelétrica localizada no municí-

pio de Candiota, caso queira obter uma renovação de licença, a cumprir uma série de obrigações.

Entre as medidas que precisavam ser apresentadas, de acordo com Bueno, estão os pagamentos

de multas ambientais que não foram quitadas e os estudos e diagnósticos de gases de efeito estufa, demonstrando que estão dentro dos limites estabelecidos pela legislação. Segundo a ação da Arayara, os valores relacionados a multas por descumprimento de condicionantes ambientais chegam a R\$ 124,4 milhões, montante que, corrigido pelo IPCA, ultrapassaria R\$ 235,2 milhões.

O presidente da Associação Brasileira do Carbono Sustentável (ABCS), Fernando Zancan, diz que a usina gaúcha cumpre os requisitos necessários para operar e o Ibama precisa cumprir as regras de licenciamento de forma técnica. O dirigente não se surpreende com a discussão legal em torno da geração termelétrica a carvão. “A litigância faz parte do jogo”, argumenta Zancan.

Preço do etanol cai em 17 estados e no DF

/ COMBUSTÍVEIS

Os preços médios do etanol hidratado caíram em 17 estados e no Distrito Federal, subiram em cinco e ficaram estáveis em três na semana de 3 a 9 de maio. Não houve cotação no Amapá. Os dados são da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), compilados pelo AE-Taxas.

Nos postos pesquisados pela ANP em todo o País, o preço médio do etanol recuou 2,63%, para R\$ 4,44 o litro. As únicas altas percentuais na semana foram registradas no Piauí (0,20%), para R\$ 4,97 o litro; no Rio Grande do Norte, para R\$ 5,76 o litro (3,97%), no Tocantins, para R\$ 5,38 o litro (0,19%), no Amazonas, para R\$ 5,35 o litro (1,33%), e no Ceará, para R\$ 5,40 o litro (0,19%).